

# GESTOR JURÍDICO

CADERNO DE PROVA  
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

**Prezado(a) Candidato(a),**

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (questões) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a D; sendo apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação e pontuação neste certame.
5. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.
6. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
7. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, nos últimos 30 minutos de prova.
8. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.
9. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova de acordo com cronograma e após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <https://funatec.org.br>

**Boa prova a todos!**



## LÍNGUA PORTUGUESA – QUESTÕES DE 01 A 15

As questões de 01 a 05 referem-se ao texto a seguir:

### **A LUTA CONTRA O RACISMO É DE TODA A SOCIEDADE**

O início de agosto foi marcado por um caso de racismo que ocupou o noticiário nacional e internacional. Refiro-me ao ataque racista contra a filha e o filho dos atores Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso, duas crianças negras, além de uma família angolana, desferido por uma mulher branca no litoral de Portugal, no dia 30 de julho. Primeiro, como mãe, minha solidariedade à Giovana pela reação que teve ao perceber que suas filhas crianças estavam sendo vítimas de um ataque brutal. A segunda questão que gostaria de refletir para contribuir com um entendimento que considero fundamental: o racismo é um problema de toda a sociedade. Repito aqui a pergunta feita por Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso nas entrevistas que concederam para falar do episódio: e se os pais fossem negros, o que teria ocorrido? É muito triste perceber que talvez a situação pudesse ser outra.

Infelizmente, essa é a realidade que temos visto diariamente em episódios onde pessoas negras, sejam crianças, mulheres, homens, jovens, idosos são agredidos verbal ou fisicamente por atos racistas. O noticiário nos mostra essa devastadora realidade todos os dias. O 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho de 2022, mostra que 78% das vítimas de mortes violentas no Brasil são negros enquanto 21,7% são brancos. No caso das mortes provocadas pela polícia, o dado é ainda pior: 84% dos alvos são negros. O estudo também mostra que entre os policiais militares ou civis mortos em situação violenta, 67,7% deles são negros. No caso das mulheres vítimas de feminicídio, 62% são negras e 37,5% são brancas, o que mostra uma realidade estruturalmente desigual no momento em que precisam buscar ajuda, acolhimento ou socorro nos serviços públicos.

Os números mostram que o racismo é um problema estrutural, o que faz desse crime uma questão que envolve não apenas a população negra, mas principalmente a população branca. O Brasil é um país negro e feminino, localizado numa América africana e indígena, como nos ensina Lélia Gonzalez.

Somos 56% de pessoas negras e 52% de mulheres. Mas, infelizmente, nossa história social, política e cultural é estruturada na violência da colonização branca europeia que fez do sequestro e escravização dos povos africanos a base da economia brasileira. Uma colonização que nega a nossa africanidade cultural e social. Não há democracia num país onde 56% da população está sob constante ameaça, num país onde crianças, jovens e adultos correm o risco de serem presos ou mortos porque são pretos.

A luta contra o racismo precisa ser incorporada como um problema de brancos, sobretudo porque como grupo social é onde o racismo é naturalizado pela negação de sua existência. Ao contrário do que ideologias racistas pretendem afirmar, não vivemos numa democracia racial. Os números acima comprovam isso. Por isso, não basta sermos contra o racismo, precisamos ter uma atitude antirracista.

No livro de Djamilia Ribeiro "Pequeno Manual Antirracista", a escritora feminista e pensadora negra nos ensina a buscar o autoquestionamento como um método antirracista: "onde estão as pessoas negras? Por que elas não estão aqui? Se estão, qual o lugar elas ocupam? Por quê". A ruptura com a ideologia racista passa por nominar o racismo e, ao mesmo tempo, questionar e enfrentar práticas cotidianas que reforçam a cultura do apagamento e do desrespeito à população negra.

O aprofundamento atual do neoliberalismo não deixa dúvidas do impacto destrutivo para as comunidades periféricas: mais pobreza, precarização de serviços públicos e ampliação da violência racista e machista, com o agravamento dos assassinatos da população negra e dos feminicídios. Como gestores públicos, entendo que o racismo e o machismo precisam ser considerados com políticas transversais de raça e gênero para que as políticas públicas avancem na ruptura com práticas institucionais e estruturais que ignoram as realidades específicas das periferias, da população negra, das mulheres, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência. É ao lado dessas maiorias invisibilizadas e subalternizadas que lutamos.

O compromisso com a democracia passa por buscarmos uma sociedade mais inclusiva. E essa inclusão só será possível se rompermos com políticas institucionais racistas e misóginas. Como ex-prefeita e deputada estadual, uma mulher branca com atuação na política, penso que meu dever como

militante feminista e antirracista é ser uma aliada na luta antirracista. Precisamos falar sobre a branquitude, sobre o que significa pertencer ao grupo étnico branco e o que podemos fazer para desnaturalizar a violência racista que tenta apagar a africanidade de nossa cultura e identidade nacional. Combater o racismo e o machismo precisa ser compromisso de toda a sociedade efetivamente. (Por Stela Farias. ADAPTADO. Site Brasil de Fato. Publicado em 05/08/2022. Disponível em <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/05/artigo-a-luta-contra-o-racismo-e-de-toda-a-sociedade>)

**01)** A partir da leitura do texto, poderíamos dizer corretamente que:

- (A) O problema do racismo é pontual, já que se verifica por meio de "atos racistas" e não de uma estrutura racista.
- (B) O racismo é voltado contra a minoria negra da população.
- (C) O racismo é um problema social de todos, mesmo que seu alvo seja a população negra.
- (D) O racismo demonstra raízes ainda no processo de colonização branca europeia.

**02)** Os dados trazidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) mostram que:

- (A) A polícia é predominantemente branca e mata predominantemente negros.
- (B) Os dados acerca do feminicídio vão de encontro aos dados mostrados em mortes provocadas pela polícia.
- (C) A violência contra negros atinge igualmente policiais e civis.
- (D) A violência contra negros é sempre maior que a contra brancos, em diversas esferas do estudo, mostrando uma estrutura desigual.

**03)** A autora defende que a democracia racial é:

- (A) Pressuposto da democracia brasileira.
- (B) Inexistente em nossa sociedade atual.
- (C) Desnecessária, já que o racismo, em si, não existe.
- (D) Comprovável pelos números estatísticos trazidos no texto.

**04)** Na opinião da autora, o neoliberalismo:

- (A) Gera impacto somente nas comunidades periféricas.
- (B) Tem impactos negativos principalmente nas comunidades periféricas.
- (C) Tem sofrido processo de atrofia no cenário atual.
- (D) Não guarda relação direta com a questão do racismo.

**05)** Podemos inferir que o texto é predominantemente:

- (A) Narrativo
- (B) Descritivo
- (C) Opinativo
- (D) Jornalístico

**06)** "E essa inclusão só será possível se rompermos com políticas institucionais racistas e misóginas". A palavra em destaque teria o melhor significado na seguinte alternativa:

- (A) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a mulheres.
- (B) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a outras pessoas.
- (C) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a minorias.
- (D) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a democracia.

**07)** Marque a alternativa em que não se faz necessária correção ortográfica:

- (A) O norte é o ponto cardinal que irá lhe orientar.
- (B) Os temperos estão na dispensa.
- (C) No xadrez, começa-se movendo o pião.
- (D) O assunto é delicado: vou precisar de sua discríção.

**08)** Qual conjugação não existe no imperativo do indicativo?

- (A) Na primeira pessoa do plural.
- (B) Na forma negativa.
- (C) Na primeira pessoa do singular.
- (D) Em verbos da terceira conjugação.

**09)** A forma nominal do verbo CABER no particípio é:

- (A) cabendo
- (B) cabido
- (C) caibo
- (D) caiba

**10)** “Após todo o escarcéu, meu pai adentrou furioso na sala, falando alto”.

As palavras em destaque são, respectivamente:

- (A) adjetivo e advérbio
- (B) advérbio e advérbio
- (C) adjetivo e adjetivo
- (D) advérbio e adjetivo

**11)** “Nosso casamento pede socorro e você continua com seus adultérios”.

Podemos dizer que a oração em destaque é do tipo coordenada sindética:

- (A) adversativa
- (B) aditiva
- (C) conclusiva
- (D) explicativa

**12)** “Deus, rogai por nós”. Na frase, podemos dizer que o uso da vírgula é:

- (A) Obrigatória, já que isola um aposto.
- (B) Facultativa, já que isola um vocativo.
- (C) Obrigatória, já que isola um vocativo.
- (D) Facultativa, já que isola um aposto.

**13)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal:

- (A) O pai ou a mãe serão o único a entrar na cirurgia.
- (B) Apenas 1% dos estudantes não sabe álgebra.
- (C) Você e eu, posso namorar.
- (D) Dentre os estudantes, apenas 1% não sabe álgebra.

**14)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal:

- (A) É proibido a entrada de estranhos.
- (B) Mesmo assim, ela ficou meia confusa.
- (C) É proibida entrada de estranhos.
- (D) Você tem motivos bastantes para agradecer.

**15)** Analise as frases a seguir:

- I. Os vigilantes passavam a noite no pátio da escola.
- II. Os vigilantes passavam à noite no pátio da escola.

Podemos dizer corretamente que:

- (A) Na frase II, é possível dizer que os vigilantes ficavam a noite inteira na escola.
- (B) Na frase I, é possível dizer que os vigilantes pernoitavam no pátio da escola.
- (C) Na frase II, os vigilantes passam mais tempo no pátio da escola que na frase I.
- (D) As frases tem o mesmo sentido, já que se trata de um caso de crase opcional.

### RACIOCÍNICO LÓGICO E MATEMÁTICO

#### QUESTÕES DE 16 A 20

**16)** Observe a seguinte sequência lógica, em seguida, assinale a assertiva que apresenta o valor correto de X.

(0; 6; 24; 60; X; 210; ...)

- (A) 120
- (B) 84
- (C) 98
- (D) 105

**17)** A senha do celular de Maria é composta por 3 dígitos, certo dia ela acabou esquecendo sua senha, caso ela tente digitar a senha 6 vezes sem sucesso, perderá de forma permanente o acesso ao aparelho. Ela já tentou digitar a senha 5 vezes, mas não obteve sucesso em nenhuma dessas tentativas, porém, conseguiu tirar algumas conclusões como mostra a seguir:

1ª Tentativa: [5 - 1 - 0] (Dois dígitos estão corretos, porém, fora das suas posições.)

2ª Tentativa: [7 - 3 - 1] (Um dígito está correto, porém, na posição errada.)

3ª Tentativa: [9 - 7 - 3] (Nenhum dígito está correto.)

4ª Tentativa: [0 - 6 - 8] (Possui um dígito correto, porém, na posição errada.)

5ª Tentativa: [0 - 3 - 5] (Um dígito está correto e na posição correta.)

Sabendo que Maria possui apenas mais uma chance para recuperar seu aparelho, e se baseando nas conclusões de cada tentativa, assinale de forma correta a senha do celular.

- (A) [8 – 5 – 3]
- (B) [0 – 2 – 1]
- (C) [5 – 1 – 9]
- (D) [1 – 8 – 5]

**18)** Dada as duas proposições P e Q, assinale a assertiva que apresenta de forma correta a resolução da tabela verdade para a coluna  $(P \rightarrow Q) \wedge (P \vee Q)$ .

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

**19)** Assinale a assertiva que nega corretamente a seguinte proposição:

**P1: Todos da faculdade pularam carnaval.**

- (A) Duas pessoas da faculdade pularam carnaval.
- (B) Apenas a turma do 5º período pulou carnaval.
- (C) Ninguém da faculdade pulou carnaval.
- (D) Somente uma pessoa da faculdade não pulou carnaval.

**20)** Um investidor decidiu aplicar R\$ 1.580.000,00, a juros compostos, com uma taxa 8,02% ao ano, esse investidor sabe que ao final do período da aplicação ele terá um montante de R\$ 5.025.967,54. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta a quantidade de anos que seu capital ficará investido.

- (A) 8 anos.
- (B) 15 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 13 anos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÕES DE 21 A 40

**21)** Na teoria da responsabilidade civil por atos de gestão, quais tipos de atos o Estado pode ser responsabilizado:

- (A) Atos que causem danos exclusivamente aos cidadãos.
- (B) Atos de império e atos de gestão.
- (C) Atos administrativos e atos legislativos.
- (D) Atos judiciais e atos executivos.

**22)** Comportamentos que, no âmbito da teoria da responsabilidade civil, são classificados como atos de império, refletindo ações praticadas no exercício do poder estatal e que desfrutam de imunidade perante a responsabilização civil, tendo em vista a soberania inerente ao desempenho das atividades públicas, tais como atos legislativos, judiciais e administrativos:

- (A) Atos realizados pelo Estado em igualdade com o indivíduo.
- (B) Atos que visam exclusivamente o benefício do Estado.
- (C) Atos realizados pelo Estado Soberano.
- (D) Atos que prejudicam terceiros de forma intencional.

**23)** Atos passíveis de responsabilidade atribuída ao Estado, segundo os preceitos delineados na teoria discorrida, abrangendo as ações administrativas que geram repercussões danosas e que, amparadas por essa teoria, podem suscitar a responsabilização do ente estatal, incluindo desde condutas omissivas até ações comissivas que desencadeiem prejuízos a terceiros:

- (A) Apenas atos que causem danos diretos ao Estado.
- (B) Apenas atos de gestão.
- (C) Todos os atos realizados pelo Estado.
- (D) Apenas atos de império.

**24)** Qual distinção primordial se estabelece entre os atos de império e os atos de gestão na teoria da responsabilidade civil, notando-se que os atos de império referem-se às atividades vinculadas ao exercício soberano do Estado, conferindo imunidade, enquanto os atos de gestão estão associados às ações administrativas, sujeitas à responsabilização, na medida em que se destinam a atender necessidades de natureza privada e ordinária:

- (A) A intencionalidade na prática dos atos.
- (B) O impacto direto nos cidadãos.
- (C) A equiparação do Estado com os indivíduos.
- (D) A situação do Estado ao realizar os atos.

**25)** Por que a Teoria da responsabilidade civil por atos de gestão considera o Estado responsável apenas pelos atos de gestão:

- (A) Porque são atos que visam exclusivamente o benefício do Estado.
- (B) Porque são atos realizados em situações de igualdade com o indivíduo.
- (C) Porque são atos que prejudicam terceiros de forma intencional.
- (D) Porque são atos que não afetam os cidadãos diretamente.

**26)** Conforme os estudos acerca do título de crédito, qual erudito juriconsulto delineou um conceito sobre o título de crédito reconhecido como íntegro e sem falhas, destacando-se por ser uma representação documental dos direitos creditórios, idônea em sua forma e conteúdo, apta a ser negociada e transferir direitos a terceiros de maneira segura e desimpedida:

- (A) Cesare Vivante
- (B) Rosa Junior
- (C) Novo Código Civil Brasileiro
- (D) Coelho

**27)** Conceituação oficial adotada pelo recente Código Civil Brasileiro referente ao título de crédito, estabelecendo um parâmetro normativo e preciso que caracteriza esse instrumento como um documento formal e escrito que representa um direito creditório, permitindo sua circulação e transferência, conferindo segurança e legitimidade às transações comerciais, garantindo a fluidez e a segurança nas relações econômicas e financeiras:

- (A) Um documento formal necessário
- (B) Um documento que não necessita de requisitos legais
- (C) Um documento capaz de realizar imediatamente o valor nele contido
- (D) Um documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido

**28)** De acordo com a exposição de Rosa Junior (2014), que atributo singular é destacado como uma das características inerentes ao título de crédito, evidenciando a sua natureza representativa de direitos, viabilizando a circulação e transferência de obrigações de maneira formal e autônoma, conferindo-lhe a capacidade de facilitar e respaldar transações comerciais mediante a sua própria força probatória e executiva:

- (A) É um documento formal
- (B) É um título líquido, certo e exigível
- (C) Representa uma obrigação quesível
- (D) Geralmente é emitido com natureza pro solvendo

**29)** Conforme as reflexões de Coelho (2016), de que maneira é conceituado o título de crédito, destacando-o como um instrumento documental formal e representativo que materializa direitos de crédito, assegurando sua circulação, transferência e exigibilidade mediante suas características intrínsecas, conferindo respaldo e eficácia às relações comerciais e financeiras:

- (A) Como um documento formal
- (B) Como um título de apresentação e um título de resgate
- (C) Como um título líquido, certo e exigível
- (D) Como um documento necessário, literal e autônomo, nele contido

**30)** Quais atributos e particularidades são elencados no texto como traços distintivos do título de crédito, evidenciando sua natureza como instrumento representativo de direitos creditórios, capaz de facilitar a circulação e transferência de obrigações, munido de autonomia e força executiva, fomentando, assim, segurança e confiabilidade nas transações comerciais e financeiras:

- (A) Representa uma obrigação quesível e é um bem móvel
- (B) É considerado um título de apresentação e um título de resgate
- (C) É um documento formal e geralmente é emitido com natureza pro solvendo
- (D) É um título líquido, certo e exigível e é um bem móvel

**31)** Ato particular e distintivo delinea e configura o delito de concussão, esse ato coercitivo que se traduz na obtenção indevida de vantagens por meio do abuso de poder ou autoridade:

- (A) Atraso na realização de um ato de ofício.
- (B) A exigência de vantagem indevida mediante ameaças pelo funcionário público.
- (C) Desvio de dinheiro público para benefício próprio.
- (D) A solicitação de vantagens indevidas por parte do funcionário público.

**32)** Qual é a conduta específica que delimita e qualifica o delito de corrupção passiva, sendo esta conduta caracterizada pela solicitação, aceitação ou obtenção de vantagens indevidas por parte de agente público em troca do exercício irregular de suas atribuições funcionais:

- (A) A solicitação de vantagens indevidas por parte do funcionário público.
- (B) Desvio de dinheiro ou bens públicos para benefício pessoal.
- (C) Atraso na realização de um ato de ofício.
- (D) Oferecer ou prometer vantagem indevida ao funcionário público.

**33)** Sanção estabelecida para o delito de prevaricação, transgressão esta que envolve o desvio do dever funcional por parte do servidor público, resultando em penalidades que podem abranger desde detenção, de acordo com o Código Penal, considerando a gravidade e circunstâncias do ato delituoso:

- (A) Detenção de 3 meses a 1 ano, além de multa.
- (B) Reclusão de 2 a 12 anos e multa.
- (C) Reclusão de 2 a 12 anos, sem multa.
- (D) Reclusão de 3 a 5 anos, sem multa.

**34)** Imaginemos o seguinte cenário: João, um funcionário público, desvia recursos financeiros destinados à aquisição de materiais para escolas públicas e os utiliza para benefício próprio, adquirindo itens pessoais. Nesse contexto, como se caracteriza o ato praticado por João, que configura a apropriação indébita de valores pertencentes à administração pública para fins particulares, resultando em prejuízo ao erário e ensejando penalidades de acordo com as leis vigentes.

- (A) Prevaricação.
- (B) Peculato.
- (C) Concussão.
- (D) Corrupção.

**35)** Diferença principal entre corrupção ativa e passiva:

- (A) Na corrupção ativa, o agente público solicita vantagens indevidas para si ou para outros, enquanto na corrupção passiva, oferece ou promete vantagem indevida a outro.
- (B) Na corrupção ativa, o agente público oferece ou promete vantagem indevida, enquanto na corrupção passiva, solicita ou recebe vantagens indevidas.
- (C) Não há diferença, ambas são similares em suas ações e consequências.
- (D) Na corrupção ativa, o agente público solicita ou recebe vantagens indevidas, enquanto na corrupção passiva, oferece ou promete vantagem indevida a outro.

**36)** O mecanismo de controle difuso de constitucionalidade, possibilita declarar a inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais no curso de casos concretos. Este procedimento, embasado na supremacia da Constituição, confere a atribuição de realizar uma análise ampla e não restrita, conferindo a prerrogativa de julgar a constitucionalidade das leis frente aos preceitos constitucionais, desta forma, o controle difuso de constitucionalidade no Brasil permite que:

- (A) Apenas o Supremo Tribunal Federal exerça o controle de constitucionalidade.

- (B) Qualquer juiz ou tribunal possa exercer o controle de constitucionalidade.
- (C) Somente os Tribunais de Justiça possam analisar a constitucionalidade de um ato.
- (D) Apenas o Congresso Nacional possa determinar a inconstitucionalidade de leis.

**37)** A Constituição democrática de 1988 introduziu significativas modificações no que diz respeito ao controle de constitucionalidade. Houve um notável incremento no papel do controle concentrado de constitucionalidade, expandindo e consolidando a utilização da Ação Direta. No entanto, a estrutura de controle difuso foi preservada, permitindo que uma série de questões, especialmente aquelas relacionadas aos direitos e garantias individuais e sociais. Indique, dentre as alternativas abaixo, a classificação do sistema de controle de constitucionalidade no Brasil:

- (A) Exclusivamente difuso, sem utilização de controle concentrado.
- (B) Misto, utilizando tanto o controle difuso quanto o controle concentrado.
- (C) Concentrado, utilizando apenas ações diretas perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) Centralizado, sem a possibilidade de participação dos Tribunais de Justiça.

**38)** Instituição incumbida do controle concentrado de constitucionalidade no território brasileiro, atuando como guardião dos preceitos constitucionais por meio de ações diretas e declaratórias:

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Ministério Público Federal.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunais de Justiça.

**39)** Característica que singulariza o controle concentrado de constitucionalidade:

- (A) Várias instâncias judiciais analisam a constitucionalidade simultaneamente.
- (B) A análise de constitucionalidade ocorre em apenas um órgão, excluindo outros.
- (C) Somente o Executivo tem poder para analisar a constitucionalidade.
- (D) Apenas o Legislativo pode declarar uma lei como inconstitucional.

**40)** Marque a alternativa que contém exemplos de ações utilizadas no sistema de controle concentrado no Brasil:

- (A) Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (B) Ação Revisional e Mandado de Segurança.
- (C) Ação Popular e Habeas Corpus.
- (D) Ação Rescisória e Agravo de Instrumento.